



## COMUNICADO

### **SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO AEROPORTO COMPLEMENTAR AO DE LISBOA**

É um assunto que tem vindo a ser, desde há anos, amplamente debatido.

O Movimento Partido da Terra – MPT considera a imperiosa necessidade de o assunto ser discutido em toda a sua abrangência no sentido de evitar decisões imediatistas e sem perspectiva, as quais se podem mostrar posteriormente dramáticas para o bem-estar dos portugueses e de Portugal.

Assim, considera o MPT com este comunicado, poder apelar a todos os portugueses e a todos os movimentos e forças políticas e sociais para que se empenhem num debate sério e profundo do qual depende o nosso futuro.

Sobre a construção de um novo aeroporto complementar ao de Lisboa, debateu-se a necessidade, debateu-se a localização, debateram-se os impactes ambientais.

As últimas notícias apontam para o Montijo.

Sobre a sua necessidade apresentaram-se números de crescimento de tráfego aéreo e extrapolações lineares que sugerem que este crescerá indefinidamente. Por esta ordem de raciocínio, a longo prazo, Portugal teria que se transformar num imenso aeroporto, sem espaço para mais nada.

Sobre a localização debateram-se as acessibilidades e o desenvolvimento local. Se seria de TGV, barco ou bicicleta, se o centro urbano mais próximo se poderia transformar numa nova grande Manhattan ou se aí até se poderia erigir um novo Templo de Salomão.

Sobre impactes ambientais tentaram os empreendedores vislumbrar quais os ecossistemas mais afectados, propondo que o empreendimento deveria ser construído naqueles que menos o seriam.

Faltam algumas considerações a montante destas já aludidas.

Foram modelados cenários? Com que variáveis? Com que pressupostos? Com que constrangimentos? Se o foram, terão sido como é useiro e vezeiro, considerando que daqui a 50 anos o mundo não mudou para além da “amplificação” meramente quantitativa daquilo que é hoje, ou que as necessidades são as mesmas simplesmente multiplicadas por um qualquer factor temporal?

Alguém pensou, por exemplo, que a curva de tráfego aéreo actualmente ascendente poderá sofrer revezes por imposição de acordos como o de Paris que já se mostra manifestamente insuficiente, um grão de areia, que em muito pouco contribuirá para sairmos da estufa em que já hoje vivemos? Terá este tipo de variável sido considerado nalguma cenarização científica?

Daqui a 50 anos o Mundo é seguramente diferente e a tecnologia vai trazer novas soluções; haverá crescimento, ou decrescimento? As soluções passarão por mega aeroportos ou por pequenos aeroportos locais e regionais? Continuamos a



planificar considerando que daqui a 50 anos o mundo não é qualitativamente diferente do que é hoje.

Sobre os estudos de impacte ambiental já alguém terá pensado que as normas que actualmente os norteiam se fundamentam naquilo que é um manifesto desconhecimento da dinâmica dos ecossistemas, num planeta em acelerada transformação e reconfiguração ecológica?

Sobre os estudos de impacte ambiental já alguém terá pensado que as normas que actualmente os norteiam apenas consideram o impacte sobre o que existe hoje, sem tomar em linha de conta que o impacte não é sobre o que de facto existe hoje mas é sobre o que poderia existir amanhã e depois de amanhã, fruto de alterações biogeográficas decorrentes do que são hoje as alterações climáticas sobejamente demonstradas?

Sobre os estudos de impacte ambiental já alguém terá pensado que os processos ecológicos não são mecânicos nem sequer estocásticos mas muito mais dependentes de processos quânticos do que se imaginava ainda há meia dúzia de anos?

Sobre os estudos de impacte ambiental já alguém terá parado para reflectir no altamente significativo aumento da frequência de fenómenos meteorológicos imprevisíveis desde o início deste século?

Mas existem ainda as vertentes económica e social que não têm sido muito faladas.

Já alguém pensou que as exigências de financiamento a prazo (avales do Estado ou exigências das empresas em parcerias público-privadas) para pagar o dito «investimento», que os défices operacionais de exploração e as indemnizações compensatórias absorverão montantes imensos de financiamento, reduzindo o crédito necessário e fundamental às PME's e às famílias?

Não ficará Portugal mais fraco em resultado desse excessivo endividamento? Um Estado endividado é sempre um Estado fraco.

Já alguém referiu que, quanto à incorporação de produção nacional, nada, ou quase nada e mesmo um eventual «quase nada», a existir, será insignificante para o “desenvolvimento” nacional?

Já alguém referiu que o Estado, pela necessidade de pagar o que ficará a dever, terá que desprezar as situações sociais pungentes?

Já alguém se lembrou que o aumento da dívida do Estado fará obrigatoriamente cair o seu *rating*, que os bancos nacionais que se financiam no exterior, irão pagar mais pela dívida passada e terão dificuldades acrescidas na obtenção de mais financiamentos, portanto, menos crédito e mais caro para as empresas, em particular as PME's e as famílias mais pobres?

Já alguém disse que este «grande investimento» não é criador significativo de emprego, em particular se se considerar o imenso volume de capital a investir a expensas públicas. E, de qualquer forma, a reduzida criação de emprego, a existir, apenas se notará, de forma insignificante, daqui a alguns anos?



Já alguém se lembrou de dizer que talvez, em termos aeroportuários, a real necessidade seja uma nova gare bem gerida, essa sim geradora de emprego?

É o imenso montante de capital público a despender neste projecto que pode, alternativamente, ser investido no nosso País e no nosso bem-estar.

Não seriam muito melhores para Portugal pequenos investimentos com ligação às autarquias, requalificação dos centros das cidades, reordenamento do território? Não seria muito melhor investir na requalificação do nosso património construído e arqueológico com pequenos centros interpretativos geradores de emprego e atractores de visitantes? Não seria muito melhor investir na conservação da biodiversidade e do nosso património natural no sentido de uma relação sustentável entre as comunidades humanas e o ambiente natural ou construído, melhor país para todos e maior atractividade de visitaçã, nacional ou estrangeira?

Tudo isto seria promotor de muito mais emprego, pois trata-se de projectos geradores de trabalho, de financiamento fácil e expedito, rápidos de pôr em prática, e socialmente rentáveis. Reaproveitamento de pequenas linhas ferroviárias para o turismo e para apoio às populações esquecidas do interior. Apoio sério, socialmente eficiente e real apoio ao desenvolvimento das forças produtivas, em particular às micro, pequenas e médias empresas, bem como às famílias mais carenciadas.

Resta interrogarmo-nos: a quem interessam os «grandes projectos»? Obviamente aos grandes monopólios da construção civil e aos grandes grupos da indústria e tecnologia multinacionais que aqui vêm mais uma oportunidade de chorudo negócio. E toda a nossa produção ficará empenhada numa gigantesca dívida internacional.

O financiamento de Bruxelas poderá sempre ser renegociado e aplicado aos interesses reais dos portugueses e de Portugal, à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar.

Por tudo isto, por Portugal, pela recuperação e crescimento do sector produtivo nacional, pela viabilização e fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, pelo bem-estar do nosso povo, por uma relação sustentável entre as comunidades humanas e a Natureza, o Movimento Partido da Terra – MPT não pode deixar de alertar Portugal e os portugueses.

O Presidente da Comissão Política Nacional do MPT

Luís Vicente

Lisboa, Sede Nacional, 1 de Novembro de 2018